



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Escola do Poder Judiciário

EDITAL Nº 92/2024

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

O Desembargador **Roberto Barros**, Vice-Diretor da Escola do Poder Judiciário - ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber pelo presente Edital que as inscrições estarão abertas para o Congresso: "**I Congresso Jurídico do Juruá: Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos**", conforme as regras determinadas a seguir.

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. **Congresso:** I Congresso Jurídico do Juruá: Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos.
- 1.2. **Modalidade:** Presencial.
- 1.3. **Carga horária:** 03 horas-aula.
- 1.4. **Realização:** dia 23 de abril de 2024 (das 17h às 20h).
- 1.5. **Local de realização:** Auditório do SEBRAE, em Cruzeiro do Sul – AC.
- 1.6. **Inscrições:** *para este curso o período de inscrição será exclusivo, de 18 de abril a 22 de abril de 2024.*
- 1.7. **Objetivo:** Promover o debate e a reflexão sobre os desafios contemporâneos da prestação jurisdicional e dos direitos humanos, proporcionando aos operadores do direito do Juruá um espaço de aprendizado, troca de experiências e aprimoramento profissional, visando o fortalecimento do sistema jurídico e a efetivação dos direitos fundamentais na região.

2. DO PÚBLICO-ALVO

- 2.1. **Público-Alvo:** Operadores(as) do Direito.
- 2.2. **Número de Vagas:** 150

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. No período de 18 de abril a 22 de abril de 2024 estarão abertas as inscrições para o **I Congresso Jurídico do Juruá: Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos**.
- 3.2. A inscrição será realizada no Sistema EmeronWeb, diretamente no *link* <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.
- 3.3. Para receber a confirmação da inscrição, o(a) participante deverá informar um número de *WhatsApp* no momento da inscrição no Sistema EmeronWeb.
- 3.4. A Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) mediante registro de presença no próprio sistema.
- 3.5. Ao final da ação educacional, a Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará os devidos registros no Sistema para a certificação do(a) aluno(a).

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Palestra | Valoração dos fatos, prova oral e tomadas de decisão;
- Mesa 01 | Família, Infância e Juventude;
- Mesa 02 | Direito à Saúde, Sistema Público e seus limites;
- Mesa 03 | Interdisciplinaridade e Transversalidade na perspectiva dos Direitos Humanos.

5. FORMADORES

Regina Célia Ferrari Longuini – Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (1982), possui mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ (2009). Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado - TJAC, atua complementarmente na gestão em Poder Judiciário e como instrutora do Programa de Políticas Públicas de Conciliação e Mediação pelo Conselho Nacional de Justiça. Ministra aulas da Escola Superior da Magistratura do Acre - ESMAC e há mais de dez anos milita na capacitação de agentes comunitários (justiça comunitária itinerante - Programa TJAC). Doutoranda em Ciência Jurídica - Linha de pesquisa em Principiologia Constitucional e Política do Direito do Doutorado Interinstitucional, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Universidade Do Vale do Itajaí - UNIVALI, DINTER com o Centro Universitário U:VERSE.

Tarsis Barreto Oliveira (MEDIADOR) – Pós-Doutor em Ciências Criminais pelo Instituto de Criminologia e Direito Penal da Universidade de Sorbonne (França). Doutor e Mestre em Direito pela UFBA. Professor Associado 3 de Direito Penal da Universidade Federal do Tocantins. Professor Adjunto 3 de Direito Penal da Universidade Estadual do Tocantins. Coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT/ESMAT. Coordenador do Programa de Doutorado Interinstitucional em Direito da PUC-RIO/ESMAT. Coordenador e Professor da Especialização em Ciências Criminais da UFT. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Famettig/BA). Graduado em Direito pela UESC. Editor Científico da Revista da Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Consultor na área educacional. Parecerista e membro de conselho editorial de diversos periódicos científicos no Brasil e no exterior. Linhas de pesquisa: direitos humanos; racionalidade e funções da pena; crime organizado; prevenção e combate à corrupção; reinserção social do apenado. Organizador científico de diversos eventos nas áreas de Direito Penal e Direitos Humanos. Foi professor visitante no exterior, com 200 participações em eventos científicos nacionais e internacionais - Estados Unidos (New York Law School, John Jay College of Criminal Justice); Portugal (Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa; Universidade Lusófona do Porto); Espanha (Universidade de Sevilha, Universidade de Barcelona); França (Universidade de Sorbonne, Universidade de Lyon, Universidade de Pau et des Pays de Lador); Rússia (Universidade de Moscou); Polônia (Universidade Adam Mickiewicz); Hungria (Universidade Eötvös Loránd); Turquia (Universidade de Galatasaray) e Marrocos (Universidade de Casablanca). Advogado criminalista. Membro do Comité International des Pénalistes Francophones e da Association Internationale de Droit Pénal. Autor e organizador de obras jurídicas, com 200 publicações científicas produzidas em 5 idiomas.

Danilo Lovisaro do Nascimento – Doutor pela Università Degli Studi di Roma Tor Vergata, Facoltà di Giurisprudenza, em Diritto e Tutela: esperienza contemporanea, comparazione e sistema giuridico romanistico (Título reconhecido pela USP como Doutor em Direito - área: Direito Processual, processo n. 2020.1.3737.1.4, registrado sob o n. 127204). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração Relações Internacionais. Professor Associado da Universidade Federal do Acre e Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre.

Rodrigo Aiache Cordeiro – Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Acre, especialização em Direito Processual Civil pela PUC/SP e em Direito Tributário pela UNAMA e mestrado em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente ocupa o cargo de Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (Seccional Acre) e é sócio proprietário do escritório RODRIGO AIACHE ADVOGADOS.

Tiago Gagliano Pinto Alberto – Pós-doutor em Filosofia (Ontologia e Epistemologia) na PUC-PR. Pós-doutor em Psicologia Cognitiva na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Pós-doutor em Direito pela Universidad de León/Espanha. Pós-doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Professor do Mestrado em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná. Professor da Escola da Magistratura do Estado do Paraná (EMAP), da Escola da Magistratura Federal em Curitiba (ESMAFE), da Academia Judicial de Santa Catarina, da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e da Escola da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC). Instrutor da ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Professor da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Acre. Professor da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco e Professor da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Maranhão. Pesquisador estrangeiro do grupo de pesquisa "Discrecionalidad judicial y debido proceso", liderado pelo Professor Doutor Juan Antonio García Amado. Líder do Grupo de Pesquisa Direito e Mente, vinculado ao Mestrado em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná. Juiz de Direito Titular da 4 Turma Recursal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Lois Carlos Arruda – Mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins; possui graduação em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (1995); cursou História, sem conclusão da graduação, pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (1993); possui especialização em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Acre (1999). É Juiz de Direito do Poder Judiciário do Estado do Acre. Possui o curso completo de Formação de Formadores Nível 1 ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura. Atualmente é Coordenador Pedagógico da Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Gustavo Sirena – Mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins. Possui graduação em Direito pela Universidade de Cuiabá (2022) e especialização em Direito Processual Penal e Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2004). Atualmente é Magistrado da Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Tem experiência na área de Direito.

Glaucio Ney Shiroma Oshiro – Doutorando e Mestre em Direito, área de concentração "Direito, Estado e Constituição", pela Universidade de Brasília (UnB). Integrante do Grupo de Pesquisa "Desafios do Constitucionalismo" (FD-UnB), coordenado pelos professores Guilherme Scotti e Menelick de Carvalho Netto. Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre (MP/AC), titular da 1 Promotoria Especializada de Defesa da Saúde. Possui graduação em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco (2002).

Elcio Sabo Mendes Júnior – Mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela UFTO, possui MBA em Poder Judiciário, pela Fundação Getúlio Vargas (2008). É graduado em Direito pela Universidade São Francisco(1988). Atualmente é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Eduardo Augusto Salomão Cambi – Ingressou no Ministério Público do Paraná em 2004, tendo passado pelas comarcas de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais, Umuarama, Prudentópolis, Dois Vizinhos e Castro. Em Curitiba, atuou na Assessoria de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e na Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Entre 2013 e 2016 atuou como membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e de 2013 a 2015 como assessor especial do Ministério da Justiça e Segurança Pública nas discussões relacionadas à reforma do Judiciário. Desde 2015 à frente da direção-geral da Escola Superior do Ministério Público do Paraná, Cambi assumiu, em 2021, a presidência do Colégio de Diretores das Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil (Cdemp).

Patrícia Medina (MEDIADORA) – Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Porto Alegrense de Educação Ciências Humanas e Letras (1986), graduação em Direito pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2006), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2011). Atualmente é docente da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, bolsista - fapto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, coordenador de curso da Fundação Universidade Federal do Tocantins, professor adjunto ii da Fundação Universidade Federal do Tocantins e bolsista - fapto da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Formação Professores Ensino Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, educação ambiental, educação superior, formação de professores e pedagogia.

Harlem Moreira de Sousa – Procurador do Estado. Conselheiro Federal OAB/AC. Especialista em Direito Público.

Emerson Silva Costa – Advogado. Mestre em Direito. Diretor da Escola Superior da Advocacia.

Rafael Carneiro Ribeiro Dene – Advogado e Procurador do Município de Guajará. Formação: Faculdade Salgado de Oliveira Rio de Janeiro - 2010 Pos-graduação: Concluso 2023 Direito Administrativo (Instituto Brasileiro de Preparação Educacional IED) Cursando. Direito Médico Direito Previdenciário. (Brasil Educação-EBRADI) Coordenador da Interiorização da OAB.

6. PROGRAMAÇÃO

17h - Abertura

17h20min - Mesa 1: *Família, Infância e Juventude*

Desembargadora Regina Ferrari, Presidente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC);

Doutor Tarsis Barreto (mediador) - Coordenador do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Esmat/UFT/Esjud – Turma Fora de Sede;

Procurador-Geral de Justiça, Danilo Lovisaro;

Presidente da OAB-Seccional Acre, Rodrigo Cordeiro.

18h – Palestra *Valoração dos fatos, prova oral e tomadas de decisão*

Professor Pós-Doutor Tiago Gagliano, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Paraná.

19h - Intervalo

19h20 - Mesa 2: *Direito à Saúde, Sistema Público e seus limites*

Juiz de Direito Lois Arruda;

Promotor de Justiça, Glaucio Oshiro;

Advogado Rafael Denner (mediador)

Procurador do Estado, Harlem de Sousa;

20h10 - Mesa 3: *Interdisciplinaridade e Transversalidade na perspectiva dos Direitos Humanos*

Desembargador Elcio Mendes, Diretor da Escola do Poder Judiciário do Acre (ESJUD);

Emerson Costa, Diretor da Escola Superior da Advocacia do Estado do Acre;

Doutora Patrícia Medina (mediadora) - Professora do Programa, do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Esmat/UFT/Esjud – Turma Fora de Sede.

7. DA AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

7.1. Terá direito ao certificado de participação no curso o(a) aluno(a) que obtiver a carga horária mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das atividades obrigatórias e nota mínima de 7 pontos ou 70% da pontuação.

7.2. Depois de cumpridas as exigências do subitem 5.1, o(a) concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, na área do(a) aluno(a), acessando o *link* <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.

7.3. Para efeito de certificação serão considerados(as) os(as) participantes que efetuarem o cadastro e inscrição no Sistema EmeronWeb e obtiverem frequência mínima descrita no item 5.1.

8. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO

8.1. O curso não afetará o orçamento da ESJUD, todos os formadores atuarão como voluntários da ação formativa.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O cancelamento de inscrição poderá ser feito pelo participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao *e-mail* da Gerência de Administração de Ensino – GEADE: geade@tjac.jus.br.

8.2. A Gerência de Administração de Ensino - GEADE será responsável pelo monitoramento da frequência do(a) aluno(a).

8.3. Eventuais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD.

Cronograma

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
18 de abril de 2024.	8h	https://esjud.tjac.jus.br	Publicação do Edital.
18 a 22 de abril de 2024.	—	https://esjud.tjac.jus.br https://ava.tjac.jus.br/ead/login/index.php	Período de divulgação e inscrições.
23 de abril de 2024. 17h às 20h	EaD	Auditório do SEBRAE - Cruzeiro do Sul / AC	I Congresso Jurídico do Juruá: Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador ROBERTO BARROS dos Santos, Desembargador(a)**, em 17/04/2024, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **1758680** e o código CRC **02DB0943**.